

RESENHAS

FREITAS, Luís Carlos. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

*Maria Clarisse Vieira**

No calor dos debates educacionais dos últimos anos, temas como a formação docente, prática pedagógica e organização do trabalho escolar e pedagógico ocupam lugar de destaque na produção de Luís Carlos Freitas¹. Nesta produção, a obra **Crítica da organização do trabalho da escola e da didática** é ponto de referência para a compreensão das suas idéias e proposições. A obra é resultado de tese de livre docência, defendida em 1994 na Unicamp, resgatando, nas palavras do autor, “o que resistiu aos debates nos últimos dez anos no campo da didática.”

Inicialmente, questiona a aparente identidade de discurso que, centrada no conteúdo, pode conduzir ao neotecnicismo, ou seja, um novo tecnicismo, revestido com “ares progressistas”. Em uma proposta de trabalho de pesquisa em didática, em 1987, o autor afirma que a “a pesquisa deve deslocar-se em direção à prática, utilizando (...) observação e descrição sistemática apoiadas com métodos quantitativos e qualitativos(...) levantamento das pesquisas realizadas nesta direção, intercâmbio de procedimentos metodológicos e a realização de pesquisas destinadas a captar sistematicamente a dinâmica do processo pedagógico (p. 11).

Nesta obra, concretiza esta proposta, destacando a dimensão central que a avaliação ocupa na organização do trabalho escolar, bem como as funções sociais encarnadas pela mesma na reprodução/transformação da sociedade capitalista. Utilizando como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico dialético, reafirma sua

* Aluna do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

posição socialista, esclarecendo que prefere “conviver com boas ortodoxias a assumir algumas falácias modernas” (p.15). Neste aspecto, embora o marxismo seja um instrumento de análise que visa compreender e transformar a realidade, é necessário a atualização de suas categorias de análise devido às mudanças processadas no capitalismo, o que não significa abolir as diferenças entre esquerda e direita.

A obra está organizada em três capítulos: no primeiro, dialoga com autores brasileiros, os quais possuem uma tradição de pesquisa e ensino no campo da didática e na organização do trabalho pedagógico. Embora não pretenda classificá-los em correntes e tendências políticas e pedagógicas, o conjunto e o período das obras estudadas os vinculam à didática fundamental, a pedagogia histórica-crítica e a pedagogia dos conflitos sociais. Assim, a didática fundamental, emergente nos anos 80, concebe a educação como um fenômeno multidimensional, que possui diversos estruturantes que devem ser articulados, compreendendo a escola em suas inter-relações. Esta contrapõe-se à didática instrumental, hegemônica nos anos 60 e 70, baseada na neutralidade, racionalidade e no formalismo didático. No entanto, adverte o autor, os textos destas autoras possuem uma perspectiva crítica, mas não apresentam proposta alternativa à atual organização societária.

Já em relação à pedagogia histórica crítica, aponta as incoerências presentes na teoria defendida por Libâneo, consubstanciada na pedagogia crítico-social dos conteúdos. Libâneo “toma a escola capitalista como referência para encontrar sua unidade de análise na didática (a categoria aula) , *sem criticar esta forma de organização escolar*” (p. 30). Através do triângulo didático clássico (professor, aluno, matéria), supõe que a matéria (conteúdos críticos sociais) realize a mediação professor-aluno. Para Freitas, Libâneo desconsidera o caráter histórico do fenômeno aula, substituindo o trabalho material produtivo pela verborragia do professor, caindo no formalismo didático e indo “ao inverso de Saviani da consciência filosófica ao senso comum” (p. 49).

A pedagogia dos conflitos sociais, concebe a escola como inserida na esfera da produção e no âmbito da mais-valia. Contrapõe-se à

pedagogia histórico-crítica por se ater à esfera da circulação, ou seja, à transmissão do saber em detrimento de sua produção. Considera que é na prática dos trabalhadores que se encontra a possibilidade de criação de uma nova totalidade social. No campo da didática, enfatiza-se a participação dos sujeitos, partindo-se do princípio de que no “fazer gera-se o saber”. Entretanto, Freitas considera que a forma radical como esta entende a atuação do capitalismo a aproxima do reprodutivismo, o que não invalida a relevância de sua análise sobre as determinações da escola e da tecnologia capitalista.

No segundo capítulo, o autor desenvolve uma discussão em torno dos parâmetros teóricos-metodológicos utilizados em sua pesquisa. Criticando a perspectiva fenomenológica e positivista, afirma que o materialismo histórico dialético supõe “rigor nos processos de observação (...) num esforço para construir (ou reconstruir) a percepção dos atores da instituição (...) o cerne do procedimento metodológico diz respeito à construção, no pensamento, do desenvolvimento das contradições da prática, incluindo suas possibilidades de superação” (p. 71).

Discute-se, ainda, neste capítulo, questões como a ciência pedagógica e a didática, a interdisciplinaridade, a organização do trabalho pedagógico, as categorias avaliação-objetivos, conteúdo-método da escola, de unidade metodológica e de auto-organização e as exigências postas pelo capitalismo à educação neste final de século. O par dialético avaliação-objetivos é a categoria básica para a compreensão da organização do trabalho pedagógico da escola capitalista, uma vez que esta encarna os objetivos da sociedade. Amparando-se no conceito de eliminação adiada proposto por Bordieu, atesta a seletividade do sistema e a função social real desempenhada pela avaliação. Para o autor, se não houver resistência, a realidade de classe determina o destino escolar dos alunos, pois eles “não se relacionam da mesma maneira com o saber, (...) os professores não se relacionam da mesma forma com os alunos (...) a dependência está nas origens sociais (...) a escola não foi feita para o aluno trabalhador (...) Essa perspectiva só pode existir na escola a partir do momento em que há resistência (p. 104).

No que tange, ao momento atual, analisa a emergência da “nova direita” internacional, em sua versão neoliberal e neoconservadora relacionando-a com as transformações e crises que se processam no capitalismo. A “nova direita”, em síntese, busca “desmobilizar diversas esferas, dentre elas a resistência dos trabalhadores e o debate político e ideológico, (...) no seio da intelectualidade” (p. 117). Demonstrando a influência que estas proposições têm exercido na educação brasileira, discute a difusão da Qualidade Total no meio educacional, bem como o Plano Decenal de Educação e Revisão Curricular. Conclui este capítulo, afirmando que as novas exigências do padrão de exploração capitalista reabrem a antiga contradição explorar/educar. Considera necessário “aproveitar esse novo interesse do capital pela educação, mas à luz do projeto histórico claro e compromissado com a maioria do povo cuja miséria só tem aumentado” (p. 141).

No último capítulo, desenvolve uma discussão em torno da categoria avaliação-objetivos, concebida como elemento-chave para a compreensão/transformação da escola capitalista. Saliencia que esta categoria deve ser analisada no interior da escola como avaliação/objetivos do ensino e no nível da escola como um todo, através do projeto político pedagógico, uma vez que há uma tendência para que a função social atribuída à escola capitalista seja retransmitida no interior da escola e ao projeto pedagógico em meio a tensões, acomodações e resistências. A avaliação é compreendida como avaliação formal e informal. A primeira utiliza-se de “práticas que envolvem o uso de instrumentos explícitos de avaliação, cujos dados podem ser analisados objetivamente pelo aluno, à luz de um procedimento claro.”(p. 145) A avaliação informal envolve “construção por parte do professor de juízos gerais sobre o aluno, cujo processo de constituição está encoberto e aparentemente assistemático.”(p. 145). Esta última determina a primeira, pois o juízo “assistemático” construído pelo professor a respeito do aluno, pode contribuir para o maior/menor desenvolvimento de suas possibilidades de sucesso/fracasso escolar. Neste capítulo, são apresentadas dois estudos desenvolvidos pelo autor no Laboratório de Observação e Estudos

Descritivos (LOED) da Unicamp, visando compreender a avaliação na atual organização do trabalho escolar. São apresentados, também, três resumos de estudos desenvolvidos por pesquisadores, conduzidos pelo autor, no interior do LOED. Os estudos realizados apontam no contexto da prática pedagógica, a existência do tripé avaliativo: avaliação instrucional, disciplinar e de valores. O poder do professor ergue-se a partir deste tripé, onde o aspecto classificatório é apenas a “ponta do iceberg”. Constatou-se também, o papel preponderante da avaliação informal ou espontânea na produção de juízos e na confirmação do sucesso/fracasso escolar dos alunos. O “juízo” construído pelo professor é amparado em uma ótica de classe, concepção de homem, educação e sociedade e em um modelo de aluno que legitima a atual organização societária.

Conclui o trabalho, demonstrando que a luta pela manutenção das classes populares no interior da escola é um passo inicial importante, mas é necessário a transformação do projeto político pedagógico da escola, tirando proveito da contradição reaberta entre educar e explorar. Consideramos que o autor manteve neste estudo uma coerência com o referencial teórico-metodológico adotado, compreendendo a organização do trabalho pedagógico e escolar em suas contradições e possibilidades de superação no contexto social. A obra traz uma importante contribuição ao repensar crítico da didática e a formação dos profissionais da educação, ao “desconstruir” o discurso de educadores vinculados ao campo da didática, mostrando seus avanços e limites teóricos. Ao apontar a avaliação como categoria chave na compreensão/transformação da escola capitalista, demonstra a real função desempenhada pela mesma, destacando as possibilidades e limites de superação e resistência à lógica excludente da atual organização societária no contexto da organização do trabalho pedagógico e escolar.